

Concepções de políticas públicas educacionais: o que evidencia a revisão sistemática?

Claudenyce Dantas de SOUZA¹
Daniela Cunha TERTO²
Emanuelly Marques CARDOSO³

RESUMO

Este artigo analisa as concepções de políticas públicas educacionais, considerando sua dimensão histórica na sociedade brasileira. Como aporte teórico ancora-se em autores como Andery (1996), Jannuzzi (2022), Santos (2020), Saraiva (2006), Ramos e Frigotto (2017), e Azevedo (1996). Realizou-se uma revisão sistemática de literatura na Scientific Electronic Library Online, de caráter qualitativo com abordagem descritiva e exploratória. A organização e sistematização dos dados foram feitas com o software Rayyan. Utilizamos os descritores Concepções de Políticas Públicas Educacionais sem aspas, resultando na seleção de 4 artigos após critérios de inclusão e exclusão. Conclui-se que as políticas públicas educacionais sofreram grande influência do contexto econômico e social de cada período, um processo histórico frente ao capital numa relação que engendra estruturalmente possibilidades, crises e dualismos nas decisões de políticas para a formação humana integral dos filhos da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Concepções de Políticas públicas educacionais. Políticas Públicas. Revisão sistemática.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). Professora do Município de São Miguel-RN e professora da rede Estadual do Rio Grande do Norte (SEEC-RN). Integrante do Observatório de Políticas Públicas em Educação Profissional (OPPEP-IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3605-9709>. E-mail: claudenycesouza@yahoo.com.br

² Doutorado em Educação pela UFRN. Professora da área de Políticas e Gestão escolar do Campus Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e professora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0307-6572>. E-mail: daniela.terto@ifrn.edu.br

³ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). Licenciada em Química (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da rede Estadual do Rio Grande do Norte (SEEC-RN). Participa do Núcleo de Pesquisa em Educação – NUPED (IFRN/CNPq): Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2566-0090>. E-mail: manumarques@gmail.com

Educational public policies conceptions: what does the systematic review reveal?

Claudenyce Dantas de SOUZA
Daniela Cunha TERTO
Emanuelly Marques CARDOSO

ABSTRACT

This article analyzes the conceptions of educational public policies, considering their historical dimension in Brazilian society. The theoretical framework is based on authors such as Andery (1996), Jannuzzi (2022), Santos (2020), Saraiva (2006), Ramos and Frigotto (2017), and Azevedo (1996). A systematic literature review was conducted in the Scientific Electronic Library Online, using a qualitative, descriptive, and exploratory approach. Data organization and systematization were performed using Rayyan software. We used the descriptors "Conceptions of Educational Public Policies" (without quotation marks), resulting in the selection of 4 articles after applying inclusion and exclusion criteria. It is concluded that educational public policies have been greatly influenced by the economic and social context of each period, a historical process in relation to capital that structurally engenders possibilities, crises, and dualisms in policy decisions for the integral human development of the children of the working class.

KEYWORDS: Conceptions of educational public policies. Public policies. Systematic review.

Concepciones de políticas públicas educativas: qué revela la revisión sistemática?

Claudenyce Dantas de SOUZA
Daniela Cunha TERTO
Emanuelly Marques CARDOSO

RESUMEN

Este artículo analiza las concepciones de las políticas públicas educativas, considerando su dimensión histórica en la sociedad brasileña. Como aporte teórico, se basa en autores como Andery (1996), Jannuzzi (2022), Santos (2020), Saraiva (2006), Ramos y Frigotto (2017) y Azevedo (1996). Se realizó una revisión sistemática de literatura en la Biblioteca Electrónica Científica Online, de carácter cualitativo con enfoque descriptivo y exploratorio. La organización y sistematización de los datos se realizó con el software Rayyan. Se utilizaron los descriptores: *Concepciones de Políticas Públicas Educativas* (sin comillas), lo que resultó en la selección de 4 artículos, tras aplicar los criterios de inclusión y exclusión. Se concluye que las políticas educativas públicas estuvieron fuertemente influenciadas por el contexto económico y social de cada período, en un proceso histórico que enfrenta al capital de una relación que, estructuralmente engendra posibilidades, crisis y dualismos en las decisiones políticas para la formación humana integral de la niñez popular.

PALABRAS CLAVE: Concepciones de políticas públicas educativas. Políticas Públicas. Revisión sistemática

Introdução

Estudos sobre políticas públicas educacionais no Brasil têm ganhado importância nos últimos anos, sobretudo quando se consideram as recentes mudanças políticas, sociais e econômicas pelas quais o país passou após o ano de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as quais interferem no desenho, na implementação e na avaliação destas políticas. Isso porque, enquanto uma política pública de corte social (Azevedo, 2004), a educação é diretamente influenciada pelos movimentos e relações de poder que se estabelecem nas diferentes esferas da sociedade.

Segundo Amabili (2012) as políticas públicas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade. São os grupos organizados que se revezam como condicionantes dessas variáveis ao participar direta e indiretamente do processo decisório que as sustenta. Nesse sentido, é preciso considerar o tipo de Estado em que se situam as políticas e as relações sociais que buscam manter, visando manter determinada formação social (Höfling, 2001).

Assim, para considerar as relações entre Estado, sociedade e as políticas educacionais é preciso considerar as forças ideológicas hegemônicas no desenvolvimento das políticas educacionais, que no contexto do Estado capitalista voltam-se para atender aos interesses da classe dominante visando ampliar o processo de acumulação do capital, sem alterar as relações de poder vigentes no capitalismo, configurando o desenvolvimento das concepções de políticas públicas educacionais.

As políticas públicas educacionais fazem parte do conjunto de políticas desenvolvidas para ações na área da educação a fim de possibilitar soluções para problemas sociais. Muitas foram as discussões que resultaram em reformas educacionais ao longo dos anos no Brasil, alguns autores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, entre outros, defendiam a implantação de políticas educacionais que superassem a dualidade histórica no tipo de educação, na qualidade e a quem deveria atender.

Diante do cenário para criação de leis e decretos sobre a educação brasileira, questiona-se qual a importância da educação e a relação entre o meio social e econômico para a definição desses? Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as concepções das políticas públicas educacionais no cenário brasileiro apresentadas em artigos científicos já produzidos no país. O tema proposto foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica com autores que discorrem sobre a temática em um levantamento de literatura na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Considera-se relevante a discussão acerca dessa temática para compreender a intencionalidade das políticas públicas educacionais e o caminho percorrido até os dias atuais que são de luta em defesa de mecanismos que busquem garantir uma formação humana integral para os filhos da classe trabalhadora.

Revisão bibliográfica: concepções de políticas públicas educacionais

Para compreendermos a importância das políticas públicas educacionais é fundamental conceituar o significado de política pública. De acordo com Amabili (2012), às políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade, ou seja, a concretização da ação governamental.

De acordo com o autor, as políticas públicas são formuladas e implementadas por autoridades legalmente constituídas, mas cada vez mais influenciadas pela participação da sociedade civil. Essa interação busca garantir maior legitimidade e efetividade na execução das ações governamentais.

A atuação do estado é analisada por diferentes perspectivas como o filosófico, jurídico, sociológico, econômico, administrativo e político e sua função, seja sobre os aspectos de regulação, distribuição de recursos e processos decisórios para compreender desde sua concepção até seus impactos e resultados. O autor ainda enfatiza que as políticas públicas geralmente são estruturadas em quatro etapas principais: formulação, execução, monitoramento e avaliação. No entanto, no contexto latino-americano, essas fases nem sempre seguem um padrão linear e sistemático, sendo frequentemente marcadas por improvisações e adaptações diante de desafios políticos e econômicos.

Dessa forma, o estudo das políticas públicas (Amabili, 2012) revela-se um campo dinâmico e multidisciplinar, essencial para a compreensão da relação entre Estado e sociedade.

Enquanto Saraiva (2006) as define como um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Essas decisões são condicionadas por fatores sociais, políticos e econômicos, bem como pelos valores e interesses dos agentes envolvidos no processo decisório. As políticas públicas podem ser vistas como estratégias que visam objetivos desejados por diferentes grupos sociais, sejam eles a justiça social, a consolidação da democracia ou a manutenção do poder.

Saraiva (2006) destaca que o processo de política pública não ocorre de forma linear e ordenada. Embora exista uma aparente racionalidade na formulação das políticas, sua implementação frequentemente ocorre de forma imprevisível. Apesar dessa complexidade, o modelo racional continua sendo um paradigma influente na formulação de políticas para organização sustentado pela

teoria da escolha racional (public choice theory). Amplamente utilizado nas políticas neoliberais, enfatiza a racionalidade como critério central para a tomada de decisão.

Assim, o autor expõe que existem diversas formas de estudar uma política, algumas incluem a análise do conteúdo político, o estudo dos processos de formulação, a avaliação de impacto e a análise da implementação das políticas. Cada uma dessas abordagens contribui para uma compreensão mais profunda do fenômeno das políticas públicas, e que dependem do ponto de vista do analista.

Para Jannuzzi (2023) as políticas públicas são vistas como empreendimentos governamentais para atendimento de demandas societárias normativamente reconhecidas como o atendimento à saúde, serviços educacionais e solução ou mitigação de uma problemática reconhecida como indesejável.

Para o autor as políticas públicas não podem ser reduzidas a apenas resolução de algum problema, especificamente aos mais pobres. A diversidade de definições reflete a complexidade desse campo de estudo. Documentos oficiais, como manuais de formulação governamental, descrevem as políticas públicas como medidas voltadas à identificação e solução de problemas, enquanto organismos como o Tribunal de Contas da União enfatizam sua relação com o uso e gestão de recursos públicos. Entretanto, tais definições nem sempre evidenciam o aspecto normativo e valorativo das políticas públicas, o que pode limitar sua aplicação em análises empíricas e formulação de programas.

Uma definição mais abrangente considera as políticas públicas como empreendimentos governamentais direcionados ao atendimento de demandas coletivas normativamente reconhecidas, como saúde, educação e sustentabilidade ambiental (Jannuzzi, 2023). Essa concepção destaca sua intencionalidade política e a interação entre diferentes atores e instâncias de poder. Além disso, enfatiza a complexidade envolvida na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, dado o grande número de agentes e instituições envolvidas.

Assim, a implementação de políticas públicas não deve ser confundida com soluções emergenciais para questões pontuais, mas sim como um compromisso estruturado do Estado na promoção de direitos. Para Jannuzzi (2023) O Estado de Bem-Estar e as políticas públicas nele inseridas é uma conquista civilizatória e necessária a todos.

Desta forma, os autores analisados destacam que as políticas públicas representam um conjunto de ações e diretrizes formuladas pelo Estado com o objetivo de atender demandas coletivas e solucionar problemas sociais nas mais diversas áreas: educação, segurança, saúde, gestão pública,

emprego, saneamento básico, esporte, ciência, entre outras. Essas políticas são influenciadas por diferentes correntes teóricas e ideológicas, que determinam sua concepção e implementação.

Na área da educação, Saviani (2008, p. 7) define a política educacional como “as decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação”. O autor aponta como principais limites da política educacional as restrições tributárias, a escassez de recursos destinados ao setor e a descontinuidade das ações governamentais, fatores que comprometem a solução definitiva dos desafios educacionais e agravam os problemas existentes. No entanto, Saviani (2008) destaca como perspectiva a possibilidade de transformação da educação por meio da ampliação dos investimentos na área, garantindo, assim, um tratamento mais sério e prioritário para elevar a educação brasileira.

A trajetória das políticas públicas educacionais no Brasil, revela uma ligação com a forma na qual o Estado e a sociedade brasileira foram forjadas. Segundo Andery et al. (1996), é a base econômica que determina as formas políticas, jurídicas e os conjuntos das ideias que existem em cada sociedade e a transformação dessa base econômica, a partir das contradições que ela mesma engendra, leva à transformação da própria sociedade, implicando uma nova organização política e social e se revelam na produção científica de cada momento histórico. Assim, em um cenário social cujas bases centravam-se em um modelo econômico feudal, de mão-de-obra escrava, a preocupação com a educação veio aparecer tardiamente.

Essas considerações se tornam relevantes diante dos novos processos sociais, decorrentes da reorganização do capitalismo em escala global, constituindo novas demandas para as ciências sociais e humanas no sentido de compreendê-las e de buscar alternativas para superar os desafios.

De acordo com Saviani (2012), pode-se considerar que o primeiro documento de política educacional que vigorou no Brasil foram os “regimentos” de dom João III, editados em dezembro de 1549. No referido ano, os Jesuítas recém-chegados começaram o processo de ordem educativa centrada na catequese que atendia uma pequena parcela da sociedade e toda organização física, pedagógica e disciplinar eram de competência dos jesuítas, portanto, considerada de domínio privado. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, inicia-se os primeiros ensaios de uma educação pública estatal com as “aulas régias” a serem mantidas pela coroa, com más condições na oferta de educação e a um público restrito que se arrastou durante todo o segundo império.

Com a Independência do Brasil em 1822, houve uma mudança crucial no panorama educacional do país. Anteriormente, a educação estava largamente sob o domínio da Igreja Católica. No entanto, em 1824, um artigo específico foi incorporado à Constituição Federal, estipulando a obrigatoriedade da instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Esse marco representou um avanço

Concepções de políticas públicas educacionais:
o que evidencia a revisão sistemática?

significativo, retirando o controle eclesiástico da educação e buscando garantir acesso à instrução básica para todos os brasileiros. Mas foi com a Lei Saraiva (1881)⁴, com a negação do direito ao voto aos analfabetos, que a educação teve impactos significativos durante o Segundo Reinado no Brasil, ao instituir o ensino primário gratuito e obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, a lei representou um marco importante na história educacional do país, mas, apesar dos avanços, as restrições e disparidades no acesso à educação persistiram, especialmente, entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade, evidenciando a persistência das influências socioeconômicas nos sistemas educacionais.

Com a Proclamação da República em 1889, ocorreram várias mudanças significativas na área da educação no Brasil. Em 1890, foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, incumbido de formular políticas e diretrizes educacionais em todo o país. Uma das principais medidas foi a implementação do ensino laico, juntamente com a criação das Escolas Normais, destinadas à formação de professores para o ensino primário e à valorização do papel do educador como agente de transformação social.

No entanto, essas iniciativas encontraram forte resistência por parte da Igreja Católica e de setores conservadores da sociedade. Conflitos surgiram em relação ao ensino religioso nas escolas públicas e à adoção do método de ensino da Escola Nova, que priorizava a prática e a experimentação em detrimento da memorização e da repetição. Durante esse período, que se estendeu até a década de 30, o acesso à educação formal era limitado, com poucas escolas públicas disponíveis e a maioria da população ainda excluída desse direito. Isso se devia ao controle do sistema educacional pelas elites políticas e econômicas do país, que não demonstravam interesse em realmente democratizar o acesso à educação.

Vivia-se um período de profundos problemas políticos, econômicos e sociais, pois o mundo vivia a Revolução Industrial e o Brasil ainda em um sistema agrário, marcado pela depressão econômica americana (1929), e apesar das incertezas econômicas, o Brasil passava a organizar uma nova educação.

Nesse mesmo período, diversos atores começaram a lutar por uma política educacional nacional, vezes que se uniam, tais como a Associação Brasileira de Educação, resultando no Manifesto dos Pioneiros da Educação na década de 1930, com lançamento em 1932. O Manifesto foi, sobretudo, um documento de política educativa no qual, para além da defesa da Escola Nova, estava

⁴ Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, Ferraro (2013).

a causa/luta maior da/pela escola pública laica, sendo esta responsabilidade do Estado (Santos, 2014). Grupos esses que se organizam em prol de políticas educacionais que superassem a dualidade histórica. Muitos debates e discussões suscitaram após esse período com a decorrência de vários decretos em favor da educação e sua seguridade ora centralizando (oficialização), em outros momentos descentralização (desoficialização), porém, marcados pela descontinuidade, característica estrutural das políticas públicas educacionais brasileiras, apontadas por Saviani (2008, p. 12)

À descentralização representada pelo protagonismo das reformas de ensino estaduais que marcaram a década de 1920, seguiu-se um processo de centralização com as reformas de âmbito nacional encabeçadas por Francisco Campos, em 1931, com o ciclo das reformas Capanema entre 1942 e 1946, com a LDB de 1961 e com a legislação do regime militar nos anos de 1968 e 1971.

É a partir da década de 1930 que se observa uma série de decretos decorrentes da reforma Francisco Campos (1930), conhecida como primeira reforma educacional de caráter nacional referente a uma regulamentação de políticas educacionais. Conforme descritas no quadro 1:

Quadro 1 - Reformas Francisco Campos 1930-1932

Nº DO DECRETO	ANO DE PUBLICAÇÃO	DECRETO
19.850	11 de abril de 1931	Conselho Nacional de Educação
19.851	11 de abril de 1931	Organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário
19.852	11 de abril de 1931	Organização da Universidade do Rio de Janeiro
19.890	18 de abril de 1931	Organização do ensino secundário
19.941	30 de abril de 1931	Institui o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país
20.158	30 de junho de 1931	Ensino comercial e regulamentou a profissão de contador
21.241	e 14 de abril de 1932	Organização do ensino secundário

Fonte: Elaboração da autora (2023) com base em Santos (2020).

Tais reformas são marcadas por conferir uma estrutura orgânica ao ensino secundário e comercial, além de determinar a divisão do ensino secundário em dois cursos (fundamental e complementar), frequência obrigatória dos alunos e orientar encaminhamentos mais específicos para os cursos superiores. Foi considerada, teoricamente, uma reforma importante, embora Romanelli (2012) e Nunes (1999) ressaltam seu caráter enciclopédico que necessitava de cinco anos na formação

Concepções de políticas públicas educacionais:
 o que evidencia a revisão sistemática?

o que a classificava naquela década uma educação elitista, pois somente um grupo privilegiado poderia dispor de cinco anos para a formação de uma sólida cultura geral.

Com o fechamento do Congresso Nacional e com o Estado Novo a partir de 1937, foi revogada a Constituição de 1934, e em seu lugar uma nova constituição conhecida como “Polaca”, de tendência fascista (Santos, 2020). Neste período criaram-se as “Leis Orgânicas do Ensino” como apresentadas no quadro 2:

Quadro 2- Leis Orgânicas do Ensino 1942-1946

DECRETO	Nº	ANO	DECRETO
4.048		9 de abril de 1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário
4.073		de 30 de janeiro de 1942	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
4.244		de 9 de abril de 1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário
6.141		28 de dezembro de 1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial
8.529 e 8.530		2 de dezembro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal, respectivamente
8.621 e 8.622		10 de janeiro de 1946	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
9.613		20 de agosto de 1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola

Fonte: Elaboração da autora (2023) com base em Santos (2020).

As leis orgânicas do ensino, também chamadas de Reforma Capanema, constituíram-se numa série de decretos-leis que foram emitidos durante o Estado novo que durou de 1937 a 1945 e que, de acordo com Ghiraldelli (2001), foi uma reforma elitista e conservadora. O autor destaca que neste mesmo período desenvolveu-se o fortalecimento do Estado no sentido de melhor servir aos interesses do capitalismo, afinal, o processo de industrialização e urbanização exigia uma nova configuração de ensino, oferecendo ensino profissionalizante à classe menos favorecida, oficializando o espírito da Constituição de 10 de novembro de 1937, com o dualismo educacional, ou seja, um ensino secundário público destinado às elites e um ensino profissionalizante para as classes populares.

A expansão do capital e a disputa pelo mercado global proporcionado pelo desenvolvimento das técnicas de produção do regime de acumulação taylorista-fordista tiveram seu exponencial até a década de 1970, quando se inicia o período de reestruturação capitalista e o desenvolvimento de um

novo regime de acumulação face à crise do capital e às críticas ao entrave da rigidez do taylorismo-fordismo. Guerra (2012) enfatiza que as mudanças em decorrência da transição no regime de acumulação para o Toyotismo modificam tanto o mercado de trabalho quanto às relações que estruturam as qualificações profissionais. Isso influencia diretamente as políticas educacionais e demandas formuladas à escola, que mundialmente se encaminharam à tentativa de melhorar as economias nacionais através do fortalecimento entre educação, trabalho, produtividade e serviços de mercado.

Essas transformações geraram um novo movimento do capital denominado de regime de acumulação flexível, no qual é exigido um novo modelo de trabalhador polivalente, cuja realização depende da desconstrução daquele modelo de trabalhador massificado, organizado e de pouca escolarização. Nesse contexto, forjava-se a necessidade de uma nova estrutura social moderna e educacional que atendesse às novas exigências com trabalhadores flexíveis e aptos a atender a várias demandas, tendo em vista que a acumulação flexível tem por característica o “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 1993 p. 140).

A partir da década de 1960, com a divulgação da teoria do Capital humano (Schultz, 1970) intensifica-se a vinculação entre educação e crescimento econômico, fundamentos que apontam para a necessidade de aprimoramento dos indivíduos em sua formação educacional com vistas à melhoria de sua maior produtividade. Na percepção de Frigotto (1993, p.16), a Teoria do Capital Humano “é reflexo de determinada visão do mundo, antagônica aos interesses da classe trabalhadora”. Porém, as teorias do capital humano tiveram grande repercussão no Brasil, influenciando as políticas educacionais, e os movimentos sociais e educacionais que se seguiram no país. Com a expansão das novas relações entre Estado e mercado ficam nítidos: a crescente pobreza, o desemprego estrutural e exclusões sociais, dentre outras mazelas decorrentes do advento da modernidade no capitalismo brasileiro.

É com a promulgação da Constituição da República em 1988, que a educação é contemplada como direito social fundamental (Art. 6º), público e subjetivo, expressada como direito do cidadão e dever do Estado e da família. Documento que é resultado de intensas discussões parlamentares entre duas forças políticas antagônicas: uma que defendia um Estado de perfil não intervencionista, liberal e outra (representada pelas forças “progressistas”), que defendiam um perfil de Estado intervencionista, na busca da diminuição das desigualdades sociais (Santos, 2013). Ali intensificou-

Concepções de políticas públicas educacionais:
o que evidencia a revisão sistemática?

se um processo de participação da sociedade civil mais efetiva e democrática em todas as áreas de acordo com os direitos assegurados aos cidadãos, para os quais o Estado deveria buscar atender e assegurar através de políticas públicas visando o atendimento desses direitos constitucionalmente garantidos. O ensino público gratuito torna-se um direito do cidadão e um dever do Estado e da Família, e é prevista a ampliação dos recursos destinados à educação para garantir igualdade de acesso e permanência na escola.

Entretanto, segundo Gamboa (2009), esse ideário modernista, na sua mesma concepção, já discriminava a educação pública mínima, reduzida a “ler, escrever e fazer contas” para a maioria da população, estando a educação integral e mais abrangente destinada às classes dominantes, traços históricos que se consolidam e reiteram mediante projetos societários sempre em disputa no espaço brasileiro ao longo do século XX.

Políticas públicas educacionais na década de 1990

As políticas públicas educacionais a partir da década de 1990 são marcadas pela ênfase nas discussões mundiais, com encontros, conferências e eventos nos quais países desenvolvidos e organizações internacionais discutiam o futuro da educação. O ano de 1990 é marcado como o ano internacional pela alfabetização declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Conferência de Jomtien que sela um compromisso com vários países para universalizar a educação básica e erradicar o analfabetismo, destaca-se o fortalecimento naquele contexto das agências financiadoras internacionais (FMI, Banco Mundial) que sugeria aos Estados Nacionais a assunção de um novo papel, segundo o qual deveriam deixar sua posição de Estado que promove o bem-estar social para a condição de Estado Mínimo.

Isso definiria novas bases conceituais na organização das políticas educacionais associadas ao paradigma econômico intrínseco ao novo sistema tecnológico (base microeletrônica) colocando a educação como ponto fundante no desenvolvimento da globalização,

[...] Período que adota no Brasil o credo Neoliberal, começando por Fernando Collor de Mello, mas de fato implantado nos 8 anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, houve grandes resistências na sociedade e no campo da educação, coerente com o aprofundamento do projeto de sociedade de capitalismo dependente que se daria neste período (Ramos, Frigotto, 2017, p.36).

Foi neste contexto de (des)regulação neoliberal que a educação ganhou centralidade, tanto pela base que representava para o desenvolvimento científico e tecnológico – ambos que se transformavam

em forças produtivas –, quanto pelas repercussões no setor que a regulação de mercado vinha provocando, à medida em que forjava uma nova ortodoxia nas relações entre a política, o governo e a educação (Azevedo, 2004).

É também no ano de 1990 que foram implementadas e ampliadas diversas políticas educacionais, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, o Sistema de Avaliação da Educação Básica, e o plano Decenal de Educação para todos que garantia os conteúdos mínimos de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial assegura o direito à educação de pessoas com necessidades especiais e, em 1995, retoma a realização do censo escolar (o qual a última edição datava de 1989). Essa retomada vai possibilitar o acompanhamento de dados confiáveis e atualizados para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e a distribuição de recursos de acordo com o número de matrículas (estadual, municipal) através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) que entra em vigor em 1998 – dispositivos que permitiam ao Estado exercer de forma mais ampla a sua função fiscalizadora e controladora das políticas públicas educacionais e seus resultados.

A organização dessas políticas educacionais voltadas exclusivamente ao ensino fundamental nos faz analisar que as estratégias do governo estavam direcionadas em preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho (Santos, 2020).

A nova lei de Diretrizes e Base, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passou por um longo período de discussões e condução para sua publicação. Segundo Santos (2020), é possível salientar que o projeto aprovado em 1996 não correspondia aos anseios da década anterior, tínhamos dois projetos de LDB: um que teve todas as reivindicações da área educacional na sua íntegra proposto por Dermeval Saviani; outro projeto que não contemplava essas reivindicações, apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). Sendo aprovado o projeto proposto por Darcy Ribeiro.

Com a nova LDB, o ensino passa a se organizar em uma nova estrutura: Educação básica formada pela Educação infantil constituída pela creche para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos, o Ensino fundamental constituído por oito anos; e o Ensino médio constituído por três séries.

Em 1997 é lançado o Programa de Expansão da Educação Profissional e outros vários, muitos dos quais destinados à adoção de tecnologias de informação e comunicação, como TV Escola, Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Ainda no intuito de fortalecer a autonomia

Concepções de políticas públicas educacionais:
o que evidencia a revisão sistemática?

da unidade escolar é criado o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que em 1998 viria a ser chamado de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Pensando em uma organização dos conteúdos a serem ministrados no ensino fundamental I, é lançado em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e em 1998 é estabelecido o Exame Nacional do Ensino Médio para aferir os conhecimentos dos alunos ao final da Educação Básica. Nesse contexto Saviani destaca o Plano Nacional de Educação como a medida mais importante após a LDB:

Dentre as medidas instituídas pela nova LDB que requerem regulamentação ou a aprovação de lei específica, destaca-se o Plano Nacional de Educação pela sua importância no que se refere ao diagnóstico da educação no país, o estabelecimento de metas e, especialmente, quanto à previsão dos recursos relativos ao financiamento da educação que é, com certeza, o aspecto mais relevante da política educacional. O novo Plano Nacional de Educação foi instituído pela Lei n. 10.172, de 09/01/2001. Podemos, pois, considerar que, com esse ato, se completa o ciclo da política educacional brasileira no século XX (Saviani, 2005, p. 38).

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei n° 10.172 de 09 de janeiro de 2001, com metas previstas para um período de 10 anos, tem como objetivo a continuidade de ações federais, estaduais e municipais.

No decorrer dessa década nos deparamos com um conjunto de programas de expansão da educação voltados para ampliar o acesso, permanência e universalização da educação básica, embora muitos de caráter compensatório, demonstrando a lógica mercadológica já implementada.

Nesse contexto, devemos destacar as principais políticas educacionais, como o programa Bolsa Escola criado no ano 2004, no intuito de assegurar a permanência das crianças na escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) pela lei 10.880/2004, para possibilitar o acesso escolar, o Programa Universidade para Todos (Prouni), do governo federal para a democratização do acesso ao ensino superior por meio de bolsas em faculdades particulares, a ampliação do Fundef pelo fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica e da Valorização dos Profissionais.

O Programa Mais Educação instituído em 2007, a fim de fomentar a expansão do tempo de permanência dos alunos da educação básica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no mesmo ano, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Isso, para Costa (2021), representa a hierarquização e a responsabilização das e nas escolas, gerando um tensionamento nas escolas e no corpo docente, responsabilizando-os pelo suposto sucesso ou fracasso. “Essa lógica capitalista da eficiência vem na esteira da “fé cega”

do capital na teoria do “capital humano”, que ainda hoje é defendida por vários intelectuais orgânicos do capital (Costa, 2021, p. 324).

Em 2008, é publicado o Piso Nacional do Magistério para professores da educação básica da rede pública, Lei 11.738/2008. Já em 2011 criou-se a Lei 12.513/2011, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para promover o acesso ao ensino técnico e profissional. Em seguida, no ano de 2012, é criada a Lei de Cotas - Lei 12.711/2012, que determina a reserva de vagas nas universidades e institutos federais segundo critérios socioeconômicos e raciais.

Contudo, é nos últimos anos que está escancarada a crise estrutural do sistema capitalista, que para prosseguir necessita ser cada vez mais destrutivo e violento contra os direitos da classe trabalhadora e de seus filhos (Ramos; Saviani, 2000), as contrarreformas intensificam a dualidade educacional e fragilizam uma educação integral.

Em 2016, o Ministério da Educação institui o Novo Ensino Médio pela Medida Provisória (MP 746/2016) que se tornaria Lei em 13.415/2017. No mesmo ano, é aprovado no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95/2016 que fixa o teto de gastos públicos. De acordo com Ramos e Frigotto (2017), esses documentos representam a consumação do Golpe de Estado em 31 de agosto de 2016, pois restringe a esfera pública e, conseqüentemente, os direitos universais básicos, enquanto o congelamento de gastos líquida com a educação pública de nível superior e pauta o ensino médio pela lógica mercantil.

No ano de 2018 é aprovada a Base Nacional Comum Curricular, que orienta, para todo o país, quais são as habilidades e competências previstas em cada disciplina ao longo da formação. Segundo Costa (2021, p. 422), “reduz a educação ao ensino de conteúdo, competências e habilidades técnicas, incorporando ao texto legal atitudes tais como “flexibilidade, resiliência e determinação” esperadas de trabalhadores(as) pelas novas demandas do sistema produtivo de mercadorias”.

Após refletir sobre esse contexto, resta-nos a determinação para defender os direitos conquistados, combatendo a influência hegemônica de uma elite que busca submeter os trabalhadores aos interesses do capital, perpetuando disparidades. Devemos resistir aos ataques direcionados à educação pública, que deve ser universal, gratuita e de excelência, fundamentada na ideia de uma formação humana integral.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, a qual, na visão de Minayo (2014, p.57), “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos

particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”. A pesquisa também se caracteriza por ser bibliográfica e documental, de acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Assume também uma abordagem descritiva exploratória, a qual, segundo Gil (2007, p. 17), é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A coleta de dados foi feita a partir da investigação dos trabalhos disponíveis no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) realizada no dia 28 de agosto de 2023, com os seguintes descritores de busca “concepções de políticas públicas and educacionais” (com aspas), concepções de políticas públicas and educacionais (sem aspas), concepções and políticas públicas educacionais (sem aspas) e na área “todos os campos”. Aplicou-se esta estratégia e a coleta dos dados em todos os anos para capturar os estudos já produzidos, com a finalidade de averiguar trabalhos que tratassem de uma discussão sobre as concepções de políticas públicas educacionais. Além disso, utilizou-se o software Rayyan “para organizar as etapas da revisão e os achados, de forma a obter sínteses coerentes e robustas, que contribuam com a produção de conhecimentos” (Soares, 2019, p. 13). Para critério de inclusão foram selecionados os trabalhos que tratavam do arcabouço de políticas públicas educacionais no Brasil. Já para critério de exclusão foram excluídas as duplicidades e trabalhos que tratavam de políticas públicas educacionais específicas.

Foram identificados o total de 30 trabalhos na base de dados SciELO. No momento inicial, utilizando os critérios de inclusão e exclusão. Para organização dos dados foram retiradas as duplicidades, contabilizando em 15 trabalhos, sendo todos artigos, os achados são apresentados no recorte temporal de 2004 a 2020.

Na base de dados do SciELO foram utilizados como filtros de busca o idioma Língua Portuguesa e o gênero Artigo, como descritores "concepções de políticas públicas and educacionais" o qual não retornou resultados. O próximo descritor foi: concepções de políticas públicas and educacionais (sem aspas), retornando 15 resultados. Em uma nova tentativa para encontrar mais trabalhos que dialogassem objetivamente com a pesquisa, tentamos um terceiro descritor, “concepções and Políticas públicas educacionais” (com aspas) e não obtivemos resultados, e o mesmo descritor sem aspas retornando 15. Assim, foi feita a exportação dos 30 artigos para o software Rayyan, aplicamos o filtro para detectar as duplicatas e ficaram 15. Optou-se por ler todos os artigos para uma análise integral do conteúdo, nesse momento foram excluídos 11 trabalhos por tratarem de

políticas públicas educacionais específicas como: educação inclusiva, educação do campo, provinha Brasil dentre outras, sem considerar o contexto amplo que aqui tratamos das políticas públicas educacionais no país a partir das implicações econômicas e sociais.

É importante frisar que mesmo que os títulos e palavras-chave não contemplassem diretamente a proposta da pesquisa, após leitura observou-se que no decorrer do trabalho atendia a tônica central da pesquisa, sendo assim identificou-se, quatro artigos com o perfil pretendido.

Resultados e discussões

Os resultados e as discussões relacionadas com a pesquisa estão apresentados a seguir e correspondem aos objetivos e as etapas metodológicas. Ao final da filtragem dos trabalhos encontrados, foram analisados 4 artigos e após a análise, foi elaborado o Quadro 03 com as referências as quais serão sinalizadas neste quadro, os títulos e palavras-chave dos trabalhos.

Quadro 03 - Relação dos trabalhos selecionados

Nº	REFERÊNCIA	TÍTULOS	PALAVRAS-CHAVE
1	LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38–62, 2016. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3572 .	Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar	Políticas Públicas em Educação; Políticas da Escola Pública; Conhecimento Escolar; Organismos Internacionais
2	FARENZENA, Nalú; MARCHAND, Patrícia S. Relações intergovernamentais na educação à luz do conceito de regulação. Cadernos de Pesquisa v. 43, n (150), p. 788–811.	Relações intergovernamentais na educação à luz do conceito de regulação	Políticas públicas; planejamento educacional; sistemas de ensino; metas educacionais
3	EYNG A. M, GISI M. L, ENS R. T, PACIEVITCH, T. Diversidade e padronização nas políticas educacionais: configurações da convivência escolar . Ensaio: aval.pol.públ.Educ. • Dez 2013	Diversidade e padronização nas políticas Educacionais: configurações da convivência escolar	Políticas Educacionais; Currículo; Avaliação; Convivência escolar
4	FRIGOTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação , v.16, n.48, p. 235-254, jan-abr. 2011.	Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI	Conjuntura; projeto societário; educação; mercantilização; produtivismo

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa *Scielo* (2023).

Vamos examinar os artigos nos quais foram identificadas discussões alinhadas com as concepções de políticas públicas educacionais apresentadas neste referencial teórico voltado para as políticas educacionais.

Libâneo (2016) traz um breve resgate sobre a história da educação brasileira e momentos marcantes de discussões dessas políticas públicas educacionais, passando pelas políticas baseadas no movimento da Escola Nova expressa no Manifesto dos Pioneiros lançado em 1932, a Associação Nacional de Educação (Ande), na década de 1980, e faz um resgate dos documentos oficiais de políticas e diretrizes para a educação e a influência dos organismos multilaterais que formulam recomendações para políticas educativas seja de proteção a pobreza ou associado ao currículo instrumental de resultados imediatistas, baseado em indicadores e metas visando o controle dos sistemas de ensino por volta dos anos 1990, no sentido de atender aos interesses da globalização capitalista.

Reforça ainda que a concepção das “políticas educacionais tem seu lastro em orientações de organismos internacionais” (Libâneo, 2016, p. 11), que estão baseadas na análise econômica do país e na atenuação de conflitos sociais. Neste ínterim, o autor argumenta no texto a importância da escola pública enquanto espaço de igualdade e inclusão social, independente de circunstâncias ou interesses particulares, e conclui que a escola pública continua sendo o melhor lugar e o melhor caminho para a luta política pela igualdade e inclusão social.

Enquanto as autoras Farenzena e Marchand (2013) discorrem sobre concepções e elementos políticos e sociais para implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, política educacional que agrega vários programas e ações de assistência para a educação básica de caráter intergovernamental. Desta forma, as autoras apresentam a concepção de políticas públicas com a “noção de regulação que pode ser utilizada para pensar o papel do Estado e as relações entre instituições e entre atores das políticas” (Farenzena e Marchand, 2013, p.4).

Para isso, as autoras fornecem uma revisão detalhada dos avanços no processo de descentralização de recursos para educação desde a Constituição 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/1996), competências que combinam autonomia, complementaridade e coordenação. Detiveram-se nas relações União-Municípios, na qual usaram a “noção de regulação para demarcar um modo de ver, e apresentar a política, concluindo que estamos diante de uma política resumida a imposições por parte da União, em termos sucintos, de uma política imposta de “cima para baixo” (Farenzena e Marchand, 2013). Mas que necessita de um comprometimento de todas as esferas,

estaduais e municipais e se responsabiliza por atender ao que foi estabelecido como metas e ações a serem executadas, investindo e atribuindo verbas para a melhoria da qualidade da educação.

Como política pública educacional Eyng et al (2013) descreve a relação entre as reformas e as transformações econômicas ocorridas em especial na década de 1990 decorrentes do “Consenso de Washington”. Este que tinha como proposta um ajuste estrutural nos países na educação básica e superior ao colocar a educação como ponto central para que instituições e empresas adquirissem vantagens competitivas, o que despertou a exigência através dos organismos internacionais na avaliação e aferição dos resultados das políticas implantadas que atende aos pressupostos da lógica neoliberal e da regulação das relações sociais, assim os autores fazem essa relação intrínseca entre, avaliação, currículo e as políticas públicas educacionais. Destacando uma concepção de política educacional “fortemente influenciadas pelas relações de poder e interesses econômicos” Eyng et al (Ibidem, p. 1).

Os autores realizam uma análise das disparidades entre políticas curriculares que adotam a diversidade como um princípio e políticas de avaliação caracterizadas por processos de padronização, a partir das percepções de professores e alunos em um contexto permeado por diversas influências e interesses que convergem na formulação das políticas educacionais.

Desta forma, os autores concluíram que é preciso repensar as políticas de avaliação, e seu viés regulador e padronizante para que os professores possam atuar como protagonistas na proposta de formação humana.

Frigotto (2011) em seu artigo apresenta um balanço das políticas e concepções que marcaram a primeira década do século XXI. Ademais, proporciona um estudo que discute os embates e opções em torno do projeto societário que marcam a década e como se move a educação neste contexto. Dentre os textos lidos, é o que mais se aproxima a temática em questão por apresentar de forma contextualizada os desenvolvimentos das Políticas públicas educacionais,

da educação básica à pós-graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais vigentes na década de 1990 definem predominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e penetrando, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização (Frigotto, 2011, p.242).

O autor finaliza refletindo com Antônio Candido (1984), Florestan Fernandes (1992) e Saviani (2007) que, após oitenta anos, devido a não mudança estrutural, a prioridade da educação se sustenta apenas no discurso retórico.

No geral, os 4 trabalhos selecionados de Libâneo (2016), Farenza e Marchand (2013), Eynng et al (2013) e Frigotto (2011) dialogam com o trabalho proposto ao apresentar o contexto no qual as políticas públicas foram construídas e articuladas para atender às demandas da sociedade capitalista, desenvolvidas em contextos de dualidades e forças antagônicas.

Nesse sentido, os textos defendem a escola pública como um espaço fundamental para a promoção da igualdade social e a construção de uma educação democrática e inclusiva. Os autores investigam a relação entre as políticas educacionais e o cenário econômico e político, e destacam o impacto das reformas neoliberais e das diretrizes de organismos internacionais sobre a estrutura educacional. Além disso, ressaltam a necessidade de investimentos adequados para garantir a universalização do ensino e questionam a influência de interesses econômicos na definição das políticas educacionais.

A década de 2010 foi marcada por intensas discussões sobre o financiamento e a qualidade da educação, impulsionadas pela construção e implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, bem como pelos debates em torno dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Paralelamente, a influência de organismos internacionais e os investimentos em eventos como a Copa do Mundo sediada no Brasil em 2014, somados ao contexto das eleições presidenciais, intensificaram as discussões sobre investimentos públicos e prioridades orçamentárias.

As discussões educacionais desse período também abordaram a função social da escola e sua importância na formação crítica e cidadã, e destacam o contraste entre o aumento do acesso à educação e a persistência das desigualdades estruturais no sistema educacional.

Considerações finais

As concepções de políticas públicas educacionais vão muito além da análise de decretos, leis e documentos, existe todo o contexto e implicações amplas no campo social, cultural, político e econômico, as quais passam constantemente por um processo de centralização e descentralização. Este último sendo detectado fortemente nos últimos anos em que as instâncias de governo sofrem influências de organismos internacionais, instituições não-governamentais e empresas privadas, conforme apresentados no texto.

No Brasil, é notório os impactos sobre os sistemas de ensino e das mudanças ocorridas com a passagem do sistema feudal para o comercial, em que está intrinsecamente ligado à necessidade do

desenvolvimento educacional para atender às demandas dessa sociedade capitalista. A educação em prol da formação de mão de obra/ capital humano, está fundamentada no projeto neoliberal de globalização e no desenvolvimento da gestão pública brasileira. Isso tem resultado no desenvolvimento de políticas públicas que visam atender a essas exigências, em detrimento de políticas voltadas para uma educação integral e inclusiva para todos.

Em decorrência desses fatores, Frigotto (2011) e Libâneo (2016) destacam a tendência da participação do Estado na educação de forma fragmentada. Este exerceria apenas função supletiva, contribuindo, simplesmente, para diminuir as desigualdades (o que não aconteceu). Enquanto o setor privado oferece uma educação ampla, melhora seu serviço, se expande e fortalece recebendo recursos do Estado.

Dessa forma, torna-se evidente políticas públicas educacionais centradas em um projeto desenvolvimentista com foco no capital, relegando a educação a um papel secundário. Torna-se imperativo que os atores críticos da área se organizem e mobilizem para disputar a direção das políticas públicas educacionais, visando um projeto societário que se oponha à mera modernização e à predominância hegemônica. Destaca-se, assim, a importância da educação como um direito social fundamental e de qualidade para todos, sem distinção.

Referências

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga de; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. São Paulo: EDUC, 1996.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

COSTA, Euler, Os ataques à educação pública no Brasil: do senso comum do capital humano ao oportunismo neoliberal na pandemia In: MAGALHÃES, Jonas *et al.* (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado** (v. 2). Rio de Janeiro: UFRJ, LPP, 2021

FERRARO, Antônio Rodrigues. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881. **Educar em Revista**, n. 50, p. 181–206, out. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p.35-68.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira De Educação**, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan.-abr. 2011.

GHIRALDELLI, Junior, Paulo. **Histórias da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

Gil, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUERRA, Maria do Carmo Bueno. Empregabilidade, In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Loyola. 1993.

HÖFLING, E. D. M.. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sobre o conceito de políticas públicas. **Jornal Nexo**, Mai 2022. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2022/Sobre-o-conceito-de-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas>. Acesso em: 11 ago. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de pesquisa em educação**. PPGE-UFES, v. 19, p. 26-47, 2017.

SANTOS, Ernani Bergamo. **Poder Judiciário e Políticas Públicas**. 2014. Disponível em: <https://epm.tjsp.jus.br/Artigo/Acervo/21429?pagina=1>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil**: Tecendo Fios. 2020. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política Pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S.l.], n. 24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCHULTZ, Theodore. Investimento em capital humano. In: SCHULTZ, Theodore. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Trad. Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973. p. 31-52.

SOARES, Cassia Baldini. Revisão qualitativa da literatura com enfoque na revisão sistemática.
Revisão da literatura com apoio de software: contribuição da pesquisa qualitativa. Tradução.
São Roque: Ludomedia, 2019.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 03/06/2024
Aprovado em: 15/05/2025